

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Costa Ribeiro, Wagner

ESPAÇO PÚBLICO E QUALIDADE DE VIDA

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
12, núm. 1, 2008, pp. 89-101

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESPAÇO PÚBLICO E QUALIDADE DE VIDA*

*Wagner Costa Ribeiro***

Resumo. No artigo é analisada a produção do espaço público na cidade. Com essa preocupação ele discorre sobre as diferentes formas de apropriação do espaço para manifestações sociais, culturais e políticas de grupos humanos. Por fim, considera o espaço público como um lugar de exposição e de prática, o que remete à discussão para a relação entre este e o que se considera como qualidade de vida.

Palavras-chave: produção do espaço; apropriação; qualidade de vida.

PUBLIC SPACE AND QUALITY OF LIFE

Abstract. This article analyzes the production of public spaces in cities. With this concern, it describes the different forms of appropriation of space for social, cultural and political manifestations by groups of people. Lastly, it regards public spaces as a place for exhibition and practice, which elicits a discussion on the relation between public space and quality of life.

Keywords: production of space. appropriation. quality of life.

ESPACIO PÚBLICO Y CALIDAD DE VIDA

Resumen. En este artículo se analiza cómo es producido el espacio público dentro de la ciudad. Con ello, la preocupación se centra las diferentes formas de apropiación del espacio para las manifestaciones sociales, culturales y políticas de los grupos humanos. Por último, se considera el espacio público como un lugar de exposición y de práctica, lo que remite a la discusión sobre la relación entre dicho espacio y lo que se considera como calidad de vida.

Palabras clave: producción del espacio; apropiación; calidad de vida.

* Autor convidado.

** Professor do Instituto de Estudos Avançados da USP.

INTRODUÇÃO

Espaço para uso público não é o mesmo que espaço público, porém ambos podem ser associados à qualidade de vida.

Este texto reflete sobre como a produção do espaço geográfico na cidade deve ponderar vários aspectos, já que ele expressa diversas temporalidades agregadas e as relaciona aos espaços públicos. Além disso, discorre sobre o significado do espaço público. É evidente que essa expressão indica possibilidades diversas, como a acumulação capitalista ou a apropriação por movimentos sociais de áreas para lazer ou para manifestações culturais.

Por fim, discute-se a relação entre qualidade de vida e espaço público nas cidades. A condição de raridade o torna uma mercadoria rentável, um diferencial de valorização que é apropriado pelos agentes urbanos. A produção da cidade nos moldes capitalistas necessita de espaços públicos para gerar valor diferencial e oferecer **qualidade de vida** aos moradores.

Para realizar essa breve reflexão, organizamos o texto em três partes: espaço geográfico e temporalidades, em que é definido o espaço geográfico e são apresentadas determinações que devem ser consideradas em sua produção; o espaço público: público? – em que se contesta a condição de público dos espaços destinados a uso público nas cidades. Depois, o leitor encontrará uma relação entre qualidade de vida e espaço público e, para terminar, as considerações finais.

Espaço geográfico e temporalidades

Antes de tudo é preciso definir o espaço público, e para tal é preciso qualificar o espaço, já que ele pode ser apreendido de formas diferentes pelos especialistas.

Neste trabalho adotamos o espaço geográfico como parâmetro da análise. Ele foi alvo de inúmeras reflexões, em especial nos últimos trinta anos, que procuraram traduzir um entendimento passível de aplicação teórica e aplicada.

Entre os diversos pesquisadores que se dedicaram a interpretar o espaço geográfico, Milton Santos, geógrafo brasileiro, está entre os mais relevantes. Em seu clássico *Por uma geografia nova*, de 1978, ele definiu o espaço como a acumulação desigual de tempos. Para ele

o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 1978, p. 137).

Ou seja, no espaço geográfico estão impressas temporalidades pretéritas, ainda que as formas que elas possuam tenham usos distintos dos da época em que foi edificado. O espaço geográfico seria a somatória de tempos passados. Em outras obras, Santos (1994 e 1996) ampliou sua definição de espaço relacionando-o ao meio técnico-científico-informacional. O espaço geográfico expressaria a densidade de conhecimentos técnicos da sociedade contemporânea por meio de uma densa rede de objetos (vias públicas, edifícios monitorados, etc.) e o passado.

Em nosso entender, o espaço geográfico incorpora o passado e o presente. Ele é uma síntese dinâmica que expressa projetos políticos na superfície terrestre (RIBEIRO, 1990). O espaço geográfico é a materialização do tempo por meio do trabalho (RIBEIRO, 1988). O trabalho define a forma do espaço geográfico ao transformar recursos naturais em coisas utilizadas pela espécie humana diante das possibilidades técnicas que cada grupo social conhece e aplica.

A sociedade tecnológica que encontramos em vários países utiliza conhecimentos sofisticados que combinam física, química e biologia para criar materiais que resultam nas obras humanas, cuja expressão maior são as cidades e sua teia de objetos. Ao mesmo tempo, coexistem sociedades que empregam recursos coletados na natureza para produzir o espaço geográfico de que necessitam para viver, o que garante a pluralidade dos gêneros de vida humana na Terra. O lugar do abrigo, nesses casos, pode ser edificado com uma combinação de vegetais, como ocorre com alguns povos indígenas. Estes constroem suas ocas amarrando troncos de árvores e cobrem-nas com folhas entrelaçadas, que também impedem a passagem da água da chuva, por exemplo.

A produção do espaço geográfico depende de muitas temporalidades, como o tempo da política, o tempo social e o tempo da natureza. O espaço geográfico é uma síntese de temporalidades, muitas das quais expressam projetos políticos. Por isso é preciso um esforço analítico para identificar os diversos tempos que estão materializados no espaço geográfico. É preciso identificar como o tempo da política, o tempo social e o tempo natural estão impressos no espaço geográfico.

Isso exige a análise do espaço, que deve ser decodificado em técnica (ou tecnologia, conforme o grupo social), natureza e forma.

O tempo da política não é linear nem constante. Ele depende da vontade dos seres humanos e de sua capacidade de negociar. Em caso de divergências de ponto de vista, o tempo da política torna-se vital para compreender a produção do espaço geográfico. A política vai possibilitar a convergência dos agentes que produzem o espaço. Mas isso não é fácil. Muitas vezes são necessários anos de discussão para acordar regras que contemplem interesses diversos. Quando os interesses são antagônicos o conflito é inevitável. Nesses casos, as regras podem ser impostas e se tornarem expressão de um segmento social em detrimento da maioria da população. Os períodos de autoritarismo são exemplos de situações como essa.

O espaço geográfico reflete o tempo da política seja pela ausência de normas claras seja pelas formas que toma. Quando são definidas políticas públicas, por exemplo, elas expressam um consenso das classes, um acordo em relação a um determinado tema. O sistema de transporte é um dos eixos que estruturam as cidades atuais. Se a decisão for pelo estímulo ao transporte individual vias expressas e estacionamentos serão encontrados no espaço geográfico. O transporte público, por seu turno, produz outras formas urbanas, como corredores e terminais de ônibus, trens e metrô (subterrâneo ou de superfície).

O tempo social é definido pelo sistema de valores que está agregado ao grupo social. Ele deve ser relacionado a ritos e costumes. O tempo social expressa a cultura, o modo de vida de um grupo social. Ele impõe necessidades aos seres humanos e determina as demandas espaciais, o sistema de abrigos e de vias para circulação, mas especialmente o porquê de aqueles lugares assumirem tais formas.

Um grupo social que celebra eventos como a passagem para a vida adulta ou uma colheita bem-sucedida e que vive em uma aldeia vai precisar de lugares específicos para realizar os eventos sociais que reúnem os atores da cena, sejam os realizadores do evento seja a assistência da celebração. Por isso o espaço geográfico vai além da própria aldeia. Ele articula também os lugares onde esses eventos ocorrem, bem como as vias de acesso a esses lugares.

Na sociedade contemporânea, as necessidades são amplas e obrigam à produção de lugares para abrigo, para celebrações privadas e públicas. É o tempo social que determina quais eventos são privados e

quais são públicos, mas a especialização e mercantilização do espaço geográfico levam a uma profusão de formas e de vias para a circulação até elas.

O tempo da natureza pode ser apreendido em algumas situações. Pode-se prever a oferta de água e a temperatura média em determinado período do ano em uma localidade. Essas informações permitem definir o tipo de recurso a ser usado na produção do lugar. Porém a natureza é surpreendente. Estiagens ou chuvas torrenciais fora de época podem dificultar a produção do espaço ou mesmo afetar sua eficácia. Um terremoto, uma tempestade, um furacão, entre outros eventos naturais não controláveis pela espécie humana, podem destruir anos de trabalho. Por isso o tempo natural é incerto, mesmo quando se trabalha com médias estatísticas. Prova disso é o conceito de *aléia*, definida como um acontecimento que pode ser um processo natural, tecnológico, social ou econômico, calculado diante de sua probabilidade de realização. A incerteza dos processos naturais leva a ponderar o tempo natural como indeterminado. Isso não quer dizer que as médias definidas a partir de medições sistemáticas não possam ser utilizadas para caracterizar uma área e determinar seu uso; entretanto, negligenciar que aquelas médias podem ser alteradas por um evento extremo, como uma tempestade tropical ou uma seca prolongada, é um erro muito freqüente entre planejadores.

O espaço geográfico da sociedade contemporânea pode até estar adaptado para assimilar alguns eventos naturais, porém sua *performance* diante das anomalias naturais depende da capacidade técnica e dos recursos financeiros disponíveis a serem usados desde o planejamento até seu uso e manutenção. Já se sabe que um terremoto de maior grau em algumas cidades japonesas resultará em menos vítimas e prejuízos materiais do que outro de menor grau que ocorra em uma localidade sem estrutura para assimilar as ondas sísmicas.

A produção do espaço geográfico espelha a luta política configurada em planos diretores, no uso e apropriação privada de recursos naturais para transformar a paisagem natural em ambiente produzido. O tempo pretérito, por meio de projetos vencidos e vencedores, ecoa na temporalidade social e política, conjunto que determina formas espaciais. A dinâmica da natureza, seus processos e eventos extremos, também devem ser ponderados na definição do espaço geográfico, o qual deve ser uma síntese política e de processos naturais definida à luz da base técnica de um grupo social.

O espaço público: público?

Na sociedade hegemônica, a capitalista, o espaço público é transformado em espaço privado. Mais que isso, ele possibilita a acumulação capitalista e distorce o sentido de público.

O sentido de espaço público remete à Grécia Antiga. Era na *ágora* que tinham lugar os eventos públicos, mesmo que restritos a homens e proprietários de terras. O público contrapunha-se à idéia de algo privado, protegido da exposição à população, que se desenvolvia na casa, no *óikos*, na expressão da época. A política era objeto da prática dos homens livres, que a desenvolviam em caráter privado e público, na *ágora* e no *óikos*. Na Roma Antiga, pode-se encontrar um paralelismo entre a *ágora* e o **fórum romano**. Era nele que se expunham a público jogos e seus desfechos, alguns tão cruéis que resultavam na morte dos participantes, e algumas decisões políticas por conveniência do imperador da hora. Na longa Idade Média, *grosso modo* pode-se dizer que a vida pública estava confinada às igrejas e tinha relação com a salvação, com os ritos necessários à imortalidade da alma. Entretanto, também se encontra nesse longo período uma novidade: a quadra, um ente público que expressava a sociabilidade entre os habitantes de uma área sob jurisdição de uma igreja (ORTEGA, 2004).

Será que o público atualmente pode ser definido como nos termos acima apresentados? Ele seria o que pertence a todos, tal qual difunde o senso comum? Ou o que pode ser acessado por todos? Em seu sentido mais amplo, o público é definido como aquele que está disponível a todos. É aquilo que está afastado do controle privado. Será que isso ocorre em nossos dias?

Vamos fazer um exercício com as definições acima. É freqüente se ver, em especial em grupos sociais de pressão, a luta por mais espaços públicos. Seriam essas reivindicações, ainda que justas, a busca pelo espaço público?

Querer acessar uma área pública é estar em uma área de todos; ora, se a área é de todos ela pode ser apropriada e utilizada por diversos segmentos sociais. Isso não ocorrerá sem conflitos.

Uma praça, por exemplo, pode ser o lugar de manifestações políticas, religiosas e culturais. Essas manifestações podem ocorrer de modo organizado, sem concomitância, o que permite a cada grupo social expressar seu desejo de apropriação do espaço geográfico. Mas as coisas

nem sempre ocorrem desse modo. Verifica-se uma apropriação do espaço público. A instalação de infra-estrutura permanente - um coreto ou uma pista de corrida, por exemplo - vai determinar *a priori* o uso de parte da praça. Assim o espaço geográfico deve ser a síntese de diversas posições sociais que muitas vezes se conflitam, por isso deve resultar de muita discussão política.

O planejamento deve permitir o diálogo entre grupos de interesse que desejam utilizar a praça para evitar conflitos depois da produção do espaço. Por isso o tempo da política é o de maior relevância no caso de projetos de ambientes públicos.

A raridade dos espaços públicos os tem tornado uma das mais eficazes formas de realização diferencial do lucro na cidade capitalista¹. Estar junto ao público, mesmo que não seja possível utilizá-lo, vale mais. E custa mais, obviamente, já que temos uma fragmentação do espaço urbano como jamais se viu antes. Cada lote tem um dono. As áreas públicas, maiores em extensão, são pouco freqüentes, porque a apropriação por meio da propriedade individual não permite que elas existam em abundância. Não é por outra razão que a proximidade com praças públicas é indicada em folhetos promocionais de condomínios. Vende-se o acesso mais fácil àquilo que é de todos.

De todos? Claro que não. A própria presença no entorno de classes sociais mais abastadas inibe o acesso das camadas mais populares, que, quando se dirigem ao tal espaço público, são monitoradas com câmaras e por seguranças do Estado ou privada!

Nas cidades contemporâneas, mesmo quando se tem o uso público de uma área, ela possibilita o acesso diferencial, o que, em si, não a torna de fato pública. Por isso, afirmamos que não existem espaços públicos *stricto sensu*, mas sim, a ilusão do público, visto que nem todos têm acesso a eles. As áreas apresentadas como públicas nas cidades são, na verdade, fonte de lucro diferencial, já que veiculam a raridade, o que valoriza enormemente o seu entorno. Os imóveis localizados junto às

¹ Outra possibilidade de analisar a apropriação privada do espaço público é desenvolvida por Jameson (1984), para quem, no capitalismo contemporâneo existem espaços públicos privados, como os shopping-centers, estudados por Pinaud e Frúgoli (1992), apontados por eles como uma tentativa de elevar cidades médias à modernidade das cidades mundiais, tão bem caracterizadas por Sassen (2001). Tudo isso corrobora que a tese do direito à cidade de Lefebvre (1960) permanece viva.

áreas públicas acabam sendo mais valorizados e afastam o público de menor renda, que tem dificuldades em usufruir, em se apropriar delas.

Além disso, a oferta de serviços junto às **áreas públicas** também permite ganhos em função do espaço público. Não é difícil encontrar redes de serviços de alimentação dentro e fora de áreas consideradas públicas. Do mesmo modo, é freqüente o conflito de vendedores ambulantes que são proibidos de vender alimentos em áreas consideradas públicas, visto que elas foram, por contrato, cedidas pelo serviço público (Estado) que administra a área à exploração comercial por terceiros.

Ora, produzir um setor urbano que reflita as desigualdades sociais não deve ser meta de governos preocupados com a melhoria da qualidade de vida maioria da população.

A solução para esse desequilíbrio existe, mas é de difícil aplicação. Ela consistiria em aumentar - e muito - as áreas públicas, tornando-as de fato comuns aos cidadãos, tanto para o uso quanto em quantidade, e não uma raridade, como atualmente. Propostas radicais implicariam em promover enormes desapropriações, o que é caro em metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro.

É importante não confundir praias com espaço público. As praias são resultantes de processos naturais, salvo quando são construídas pela espécie humana. Ainda assim, o acesso a elas acaba sendo diferencial e seletivo, ficando às camadas populares as mais degradadas, ou mais feias ou, pior, as mais poluídas.

Por isso produzir uma cidade com espaços públicos implica alterar radicalmente a visão de urbanismo que predomina. Seria preciso rever a cidade focada apenas na expansão das vias para rodagem de veículos. O modelo de cidade atual apenas torna público o congestionamento de veículos. Uma cidade com mais espaços públicos deveria retomar os lugares de contemplação, de caminhadas e das manifestações culturais.

Qualidade de vida e espaço público

Tratar de qualidade de vida remete a padrões de vida, a estilos de vida. Como mensurar qualidade de vida em áreas urbanas?

Alguns indicadores podem ser citados, como o acesso à moradia, a serviços de água (água tratada e saneamento básico), a serviços de

saúde, à segurança pública, entre outros; porém quando se relaciona o espaço público à qualidade de vida, esta ganha novos contornos.

Atualmente existem indicadores - como o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Sustentabilidade e o Índice de Pobreza - que servem para traçar um panorama da situação de um município. A maior vantagem do uso desses índices é a possibilidade de estabelecer comparações entre municípios. Além disso, eles podem servir como referências para conquistas que melhoram a vida dos cidadãos, como água encanada, coleta e tratamento de esgoto, entre outros.

Não obstante, esses indicadores isolados não são suficientes para definir a qualidade de vida de um grupo social. Se entendermos os espaços públicos como os lugares para manifestações sociais, culturais e políticas de grupos humanos, veremos que definir qualidade de vida fica mais complexo. Não se pode esquecer que os espaços públicos são, antes de tudo, lugares de exposição, e que o olhar sobre o outro e suas práticas é sempre valorativo.

Os trabalhos de Monnet (2000), de Capel (2001) e de Aparici (2001) indicam como os imigrantes são, em si, públicos ao frequentarem as áreas públicas em Barcelona. Mais que isso, eles mostram que são os homens imigrantes, em sua maioria do Norte da África, que se expõem ao público ao reunirem-se em áreas da cidade de Barcelona. As mulheres imigrantes têm restrições para permanecerem nas áreas públicas.

Outro exemplo interessante pode ser verificado no texto de Ferreira e Marques (2000). A apropriação da praia e do seu entorno ocorre de modo diferencial. Não basta mais a simples exposição do corpo, mas é preciso expor a ao público a qualidade desse corpo, além de *personal trainers* e outros itens.

Para determinado grupo social, a realização de uma festa de confraternização com grupos de música popular pode representar exatamente o oposto para um grupo social que deseje ter uma área com cobertura vegetal original para apreciar ou praticar *yoga*, por exemplo. Situações desse tipo ocorrem com mais frequência do que possa parecer. Recentemente usuários do Parque do Ibirapuera, no município de São Paulo, organizaram-se para protestar contra a instalação de mais um museu em um galpão que sobrou de uma antiga fábrica que está no interior do Parque. Alegavam que aquele lugar possibilita a prática de jogos corporais, meditação, *tai shi*, entre outras atividades, dado o caráter

religioso que oferece diante da grandiosidade de sua construção, entremeada de árvores e co-habitada por pássaros.

De outro lado estava a administração pública, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, que tinha a intenção de fechar o local com vidros, construir um mezanino e abrigar obras doadas por um importante escultor. Seus representantes alegavam que a cidade deveria alojar corretamente as peças oferecidas gratuitamente pelo artista plástico, que recupera árvores que restaram de queimadas para expressar seu descontentamento com a devastação florestal.

O impasse permanece até a conclusão deste texto, mas os argumentos expostos pelos dois lados remetem diretamente à qualidade de vida.

Os usuários atuais alegam que para suas práticas necessitam daquela área do Parque, a qual, por estar fora da porção destinada aos museus, tem uma frequência menor de público, o que possibilita realizar meditação, entre outras atividades que exigem concentração e silêncio. Eles alegam que a construção do museu vai afetar diretamente sua qualidade de vida, visto que há décadas utilizam aquela construção sem oferecer risco às árvores, pássaros ou aos demais frequentadores do Parque.

Já o poder público, mesmo burlando o plano diretor definido para o Parque, que realmente definiu aquela parcela para uso contemplativo, alegou a necessidade de ampliar ainda mais o uso de um espaço público, o Parque do Ibirapuera, e decidiu instalar mais um equipamento cultural em uma parte da cidade que já está muito bem servida com esse tipo de serviço. Neste caso, argumentam que é preciso aumentar o uso público de uma área pública da metrópole.

Outros exemplos de embates pelo uso do espaço público poderiam ser adicionados, mas apenas um já ilustra e corrobora que a qualidade de vida não pode ser medida apenas por indicadores de acesso a serviços urbanos. Nem pelo acesso ao espaço público. Ela deve refletir a possibilidade de manifestações culturais, sociais e políticas.

Como escrevemos em outra ocasião, a vida contemporânea exige privacidade (RIBEIRO, 2003). É difícil conciliar privacidade com espaço público nas grandes concentrações metropolitanas. A tarefa é árdua, porquanto os ambientes para a reclusão não estão disponíveis a todos. Também não dá para esperar que aquela demanda esteja resolvida para

depois se preocupar com a produção dos espaços públicos. Uma não deve seguir desacompanhada da outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o espaço público exige que se entenda a produção do espaço geográfico. Ela está entremeadada de representações as mais diversas do tempo, em suas dimensões sociais, culturais, políticas e naturais. O espaço geográfico é uma síntese da luta política e não é democrático como condição. Muito ao contrário, ele resulta de (e expressa) tensões sociais e políticas na apropriação da natureza e sua transformação pelo trabalho humano.

A produção do espaço público está diretamente relacionada à necessidade de criação de raridades na sociedade capitalista. O raro é mais caro, vale mais e gera uma acumulação desigual aos produtores da cidade, em especial os empreendedores imobiliários, que vivem de criar e recriar as cidades.

Os espaços públicos estão longe de serem públicos. Eles foram transformados em condição para a acumulação diferencial e, por isso, são raros nas cidades.

Erroneamente, também são associados à qualidade de vida. Ora a qualidade de vida é muito mais do que viver próximo a um parque natural ou a uma vista aprazível. Ela tem relação com os indicadores mínimos de habitabilidade humana, quais sejam acesso à moradia, a serviços de água, entre outros, e se realiza quando permite a expressão de diferentes maneiras de ver a vida.

Por fim, os espaços públicos devem continuar a ser uma bandeira. Eles têm de deixar de ser uma raridade. A banalização dos espaços públicos irá torná-los mais acessíveis às diferentes classes sociais, meta a ser perseguida pelos movimentos sociais e pelos governos progressistas.

REFERÊNCIAS

- APARICI, I. Todos los colores en el gris: inmigrados en el espacio público del Raval barcelonés. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 81, feb. 2001, Disponível em : <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94.htm>>. Acesso em: 12 de novembro de 2005.
- CAPEL, H. Inmigrantes extranjeros en España: el derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grandes expectativas y duras realidades. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 81, feb. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-81.htm>>. Acesso em: 12 de novembro de 2005.
- FERREIRA, A.; MARQUES, S. Privado e público: inovação espacial ou social?. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 69, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>> Acesso em: 12 de novembro de 2005.
- PINTAUDI, S.; FRÚGOLI JUNIOR. H. (Org.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Unesp, 1992.
- JAMESON, F. Postmodernism, or the cultural logic of capitalism. *New Left Review*, London, no. 146, p. 53-82, Jul/Aug. 1984.
- MONNET, N. El uso del espacio público por parte de los nuevos habitantes del Casc Antic de Barcelona: continuidad e innovación. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 48, n. 69, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-48.htm>>. Acesso em: 12 de novembro de 2005.
- ORTEGA, F. The new public space of politics. *International Review of Sociology Revue Internationale de Sociologie*, London, v. 14, no. 2, p. 2009-221, 2004.
- RIBEIRO, W. C. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKI, J.; PINSKI, C. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 399-417.
- RIBEIRO, W. C. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. *Terra Livre*, São Paulo, v. 7, p. 93-107, 1990.

RIBEIRO, W. C. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e a dinâmica de história humana. *Terra Livre*, São Paulo, v. 4, p. 39-53, 1988.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SASSEN, S. *The city global*. Princeton: Princeton University Press, 2001.